



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br



PAUTA DA 272ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

23/05

9h às 12h – Reunião das Comissões Permanentes

Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Local: Sala de Reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH.

Horário: 9h às 12h

Comissão de Políticas Públicas – CPP

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH.

Horário: 09h às 12h

Comissão de Orçamento e Finanças – COF

Local: Sala de Reuniões da SNPD, 8º andar, MDH

Horário: 9h às 12h

Comissão de Direitos humanos e Ação Parlamentar – CDH/AP

Local: Sala de Reuniões da SNPDDH, 9º andar MDH

Horário: 9h às 12h

14h às 18h – 272ª Assembleia Ordinária do Conanda

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h às 14h15 – Abertura da 272ª Assembleia, aprovação da pauta e informes

14h15 às 15h – Classificação Indicativa – Convidado: Sr. Luís Pompeu de Souza – Secretário Nacional de Justiça - Ministério da Justiça.

- Solicitar que após a consulta pública o documento retorne para o Conanda para o trabalho conjunto com a minuta final junto ao SNJ/MJ.
- Pedido que a representação do MJ seja permanente no Conanda considerando que o mesmo é membro do Conselho.
- Scanar o documento e socializar para os conselheiros.

15h às 16h – Apresentação do balanço do Disque 100 - Convidada: Sra. Sueli Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos (confirmada).

- Solicitar a Ouvidoria para incluir a situação de rua como um tipo de violação (proteja brasil).
- Solicitar a CDHAP a minuta de resolução que trata dos parâmetros dos encaminhamentos ao SGD pós denúncia das violações dos DCA do disque 100 e o fluxo das respostas. (Avaliação)
- Propor linha de financiamento para tratar com a COF (avaliar)
- Solicitar um relatório a respeito dos encaminhamentos e retornos dos CT (encaminhamentos, tipos de denúncia, quais denúncias têm sido respondidas entre outras disponíveis) para análise do Conanda e possíveis encaminhamentos.
- Solicitar o perfil de denunciantes (quem denuncia?)
- Solicitar a série histórica dos recursos aportados para o dique 100 ao MDH (2014-2018) encaminhar para CDHAP e agendar de reunião com o SE adjunto Marcelo Varela para tratar da análise do CONANDA a respeito do Dique 100 e os DCA. (CDHAP vai indicar sobre data da reunião)

16h às 17h30 – ~~Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação (CMF)~~

17h – Reunião da Comissão de Seleção

17h30 – Encerramento

24/05

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h às 9h15 – **Abertura da 272ª Assembleia Ordinária**

Informe – Lucimara: trata do dia dos povos ciganos

9h15 às 9h30 – **Relatoria da Comissão Organizadora da Conferência**

- Apresentação da logomarca da conferência
- Divulgação sempre que houver postagem sobre a XI CNDCA utilizar a #XICNDCA e divulgar o link com o material da conferência.

9h30 às 10h30 **Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP)**

12h30 às 14h – **Intervalo para o almoço**

14h às 15h **Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação (CMF)**

Relatoria da Comissão de Políticas Públicas (CPP)

15h – 17h - **Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças - COF**

Apresentação do Coordenador Geral do Sinase, Sr. Guilherme Astolfi (incluir na 273ª assembleia)

17h – **Encerramento da 272ª Assembleia Ordinária do Conanda**

Incluir o reordenamento como 1 pauta da 273 AO.

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Avelina Neta - Secretária da Previdência do Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego.

Mariana Carvalho – Casa Civil

Berenice Maria Giannella -Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Sociedade Civil:

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Antonio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asè D' Osoguâ - CCIAO

Lucimara Cavalcante – Associação Internacional Maylé Sara Kali

Anna Beatriz – Federação Nacional das APAES – FENAPAES

Regina Leão - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretária Especial de Direitos Humanos

Maria Jose B Santos - Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Ângelo Couto – Casa Civil

Thiago Stein - Ministério da Fazenda

Eduardo Gamor - MP

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Thais Dantas – Instituto Alana

Patricia Andrade – Aldeias Infantis SOS

Manoel Torquato Carvalho de Souza – Associação Nacional de Crianças Não e de Rua.

Joao Batista - Movimento Nacional de Menino e Meninas de Rua - MNMMR

Sarah Magalhães - Rede Trans Brasil

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Felipe Fritz – MPF

Lazaro Silva – Afrobichas

Paula Benett – Coodernação de Diversidade LGBT DF

Jef Oliveira – Corpolitica

Daniel Costa – CNCD / LGBT

Kyara Zaruty – Forum Nacional de Juventude Negra

Marcos – JCDIA/LGBT-DF

Nathalia Vasconcellos – Rede Trans Brasil

1. Abertura, aprovação da pauta da 272ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda, Professor Marquinhos, faz abertura da 272ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes, esclarece que a pauta terá ajuste necessários de última hora e propõem que antes da leitura dos informes seja feita uma saudação a todos os aniversariantes de mês.

A secretaria Berenice deseja a todos uma boa tarde e após o presidente saúda os aniversariantes. Em seguida faz leitura dos informes e a das atividades externas dos conselheiros.

Finalizada a abertura, passa a fala para a Secretaria Nacional do FNDCA a Sr.ª Marcia Rocha, ela cumprimenta a todos e fala da grande satisfação de participar dessa assembleia e que tem acompanhado os GTs e as reuniões das comissões e também pela pauta de estarem pleiteando o veto presidencial pela inserção do Sinase no SUSP, menciona o movimento realizado pelo FNDCA, com apoio do CFP e juntamente com várias entidades filiadas que fizeram o pedido de vistas na CCJ e conseguiram 5 dias de prazo para fazer mobilizações. Fizeram contatos com alguns Senadores e agora irão pleitear o veto presidencial, realizaram reunião na data presente no MDH e que estão bastante esperançosos.

Foram mais de 30 notas de entidades nacionais e movimentos, ela solicita que seja feita leitura de uma nota produzida pelo “Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação”, essa nota é importante por ser um movimento grande intitulado “Não fala de mim sem mim, fala de mim comigo”.

2. Classificação Indicativa – Convidado: Sr. Luís Pompeu de Souza – Secretário Nacional de Justiça - Ministério da Justiça.

Com a fala Sr. Luís Pompeu, cumprimenta a todos agradecendo o convite e atendendo ao pedido do Conanda traz uma abordagem sobre classificação indicativa que é uma ação de responsabilidade do Ministério da Justiça, esclarece que hoje a classificação indicativa é uma política conduzida pela Secretaria Nacional de Justiça que recebeu a incumbência do Ministro de fazer a alteração de alguns aspectos da portaria que hoje regula a classificação indicativa no Brasil, sem a intenção de apagar ou retroagir o que já foi conquistado à duras penas, o objetivo é modernizar e atualizar os aspectos da portaria que é do ano de 2014, pois já houve várias mudanças. O modelo tem reconhecimento internacional, vem funcionando bem e por isso não será alterado e será acompanhado pelo CASC.

Foi estabelecida uma linha de trabalho para discutir se havia necessidade ou não de alteração, assim como incluir as artes visuais, ficando decidido não excluir nada que está na portaria e optaram por fazer uma linha de trabalho para discutir abertamente esse tema. Foi realizado em março um simpósio no Ministério da Justiça com mais alto nível de discussão, com profissionais da área médica, psicologia e psiquiatria e da sociedade civil relacionada ao tema, foi informado de que o Conanda integra o CASC. Após esse evento foi convocado uma reunião do CASC no Rio de Janeiro onde as artes visuais e o áudio visual tem uma representação grande e convidamos instituições ligadas ao seguimento de comunicação. Participaram de reunião na Procuradora Geral da República onde aprofundaram nessa discussão e avançaram bastante nesse debate. Na sequência houve um debate público na UNB com várias participações que houve grande avanço. Atualmente se definiu um texto com alterações muito pontuais que vigoram, sem a intenção de retroagir em nada, essa nova minuta de portaria já está definida e foi encaminhada com autorização do Ministro para análise da consultoria jurídica e foi solicitado a ele que realizasse uma consulta pública para realização de debate da forma mais transparente possível, que qualquer pessoa possa contribuir, mesmo que não pertença ao comitê. Essa consulta pública deve ser lançada em breve e foi encaminhada para análise técnica da assessoria jurídica e na sequência será lançada no site do Ministério da Justiça. O Sr. Luís Pompeu informa ainda que foi entregue a presidente da mesa uma cópia da minuta onde poderá ser observada as poucas mudanças, além de reiterar que estão se tratando de classificação indicativa onde o ministério faz somente indicação e não imposições, pois se algum pai, tutor, curador ou representante submeter a criança ou adolescente a um espetáculo que não é recomendado para a idade e isso causar qualquer tipo de violação de direitos ou exposição da criança e/ou adolescente ou risco do seu desenvolvimento social, existe uma reprimenda estabelecida no ECA e no Código

Penal. Quem vai dizer isso não é o Ministério da Justiça, que somente recebe esses dados, processa a informação e encaminha a quem é de direito, ou seja, provavelmente ao Ministério Público Federal que define se houve infração a norma de Direito Penal, formação de inquérito policial e responsabilizar quem assim precedeu.

Ele finaliza e se coloca à disposição.

O presidente do Conanda retoma a palavra e abre inscrições para os conselheiros. Alguns conselheiros fizeram algumas indagações e foi esclarecido dentro do tema pelo Sr. Luís Pompeu. O professor Marquinhos esclarece que o Conanda juntamente com o CNDI criou uma nota pública em 14/12/2017 sobre liberdade artística e classificação indicativa, proteção de crianças e adolescentes e deixa registrado a entrega da nota para que fique marcado a posição desses conselhos. E como encaminhamento fica acordado solicitar que após a consulta pública o documento retorne para o Conanda para o trabalho conjunto com a minuta final junto ao SNJ/MJ; pedido que a representação do MJ seja permanente no Conanda considerando que o mesmo é membro do Conselho; Scanear o documento e socializar para os conselheiros; envio de documento contendo o posicionamento do Conanda para CASC, por sua representante e Encaminhar ofício para o SNJ a respeito da terminologia, parágrafo 1 do inciso 9 (suprimir) e alterar no parágrafo 2 de 16 e 18.

O conselheiro Danyel Yorio justifica a ausência da Vice Presidente do Conselho e Secretária Nacional, Sra. Berenice Giannella que foi acompanhar o Gestor do Sinase do Rio Grande do Sul em uma agenda externa com o Ministro Padilha e logo retornará à Assembleia.

3. Apresentação do balanço do Disque 100 - Convidada: Sra. Sueli Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos.

O presidente recebe a convidada Sueli Vieira com palmas representando a Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos. Ela agradece a oportunidade de estar nesse Conselho em nome da Ouvidora Geral, Sra. Erika Queiroz, pois as demandas de crianças e adolescentes em todos os canais que estão sobre a responsabilidade da Ouvidoria Nacional é em maior número. A representante irá fazer a apresentação do balanço Nacional das Denúncias de violações de Direitos Humanos: Cabe à Ouvidoria receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações; atuar na resolução de tensões e conflitos sociais que envolvam violações de direitos humanos; orientar e adotar providências para o tratamento dos casos de violação de direitos humanos, podendo agir de ofício e atuar diretamente ou em articulação com outros órgãos públicos e organizações da sociedade. Sobre a responsabilidade da Ouvidoria tem 3 canais de comunicação que são Disque 100; Humaniza REDES e Proteja Brasil. Com mais de 349.270 atendimentos, sendo 142.665 denúncias e 261.292 encaminhamentos aos órgãos da rede de proteção integral de direitos humanos e ao sistema de Justiça. Relacionados a crianças e adolescentes para o Conselho Tutelar forem encaminhadas 75820 denúncias, sendo respondias 12503 dá em média de 16,49% das denúncias. Relacionada ao balanço específico de crianças e adolescentes importantes que fazer algumas considerações relacionadas a metodologia

dos volumes de denúncias, pois em uma denúncia pode conter mais de uma violação e mais de uma vítima. As denúncias acolhidas são encaminhadas aos órgãos responsáveis para apuração e providências cabíveis, considerando as especificidades das vítimas, bem como a vulnerabilidade acrescida, quando houver, associadas aos grupos aos quais pertencem. O Disque 100 registrou no ano de 2017, mais de 84 mil denúncias, um total de 230 por dia, resultando em mais 130 mil vítimas. Estimam-se que, a cada hora, são registradas 10 denúncias. O Perfil da vítima em sua maioria são do gênero feminino com 48%, masculino representa 40% e vítimas que não informaram 12%; Orientação sexual / Identidade de Gênero: Do total de denúncias do módulo crianças e adolescentes em 2016, aproximadamente 286 adolescentes vítimas tiveram sua orientação sexual ou identidade de gênero declarada. Em 2017, o número é de 6.956 adolescentes auto-afirmados, sendo 1,7% gays, 1,3% lésbicas, 0,50% adolescentes trans e 1,7% adolescentes bissexuais, na faixa etária entre 04 e 11 anos, somam 41%, seguido das faixas etárias de 12 a 17 anos com 31%, de 0 a 03 anos com 17% e recém-nascido com 1%. Não informado soma 9% do total geral de vítimas. Durante o levantamento desse balanço o Ministro fez uma visita a central de atendimento e ele identificou um tempo para o atendimento, pois infelizmente existe uma fila para tal, por isso a necessidade de divulgação dos outros canais. Já está em negociação com a SECOM uma grande campanha à nível nacional para divulgação dessas outras ferramentas e no foi implementada na ura Disque 100 uma opção de emergência para atender situações de violações que tenha risco de morte, sangramento ou lesão grave, quando o denunciante faz essa opção e atendida de maneira mais rápida. Além disso tem uma pesquisa para os demandantes para o levantamento do nível de satisfação dessas ferramentas. Finalizada apresentação o presidente do Conanda abre espaço para os conselheiros pedir esclarecimento quanto ao tema.

Como encaminhamento ficou acordado: Solicitar a Ouvidoria para incluir a situação de rua como um tipo de violação (proteja brasil); solicitar a CDHAP a minuta de resolução que trata dos parâmetros dos encaminhamentos ao SGD pós denuncia das violações dos DCA do disque 100 e o fluxo das respostas; propor linha de financiamento para tratar com a COF (avaliar); solicitar um relatório a respeito dos encaminhamentos e retornos dos CT (encaminhamentos, tipos de denúncia, quais denúncias tem sido respondidas entre outras disponíveis) para análise do Conanda e possíveis encaminhamentos; solicitar o perfil de denunciante (quem denuncia?); solicitar a série histórica dos recursos aportados para o dique 100 ao MDH (2014-2018) encaminhar para CDHAP e agendar de reunião com o SE adjunto Marcelo Varella para tratar da análise do Conanda a respeito do Dique 100 e os DCA. (CDHAP vai indicar sobre data da reunião).

O Presidente do Conselho justifica a saída dos conselheiros representantes da comissão de seleção que terão uma reunião nesse momento para avaliação de recursos.

Nesse momento se faz necessário trabalhar alteração da pauta para amanhã, eles propõem suprimir apresentação do MDS, deixando para próxima assembleia, seguindo com Comissão da Conferencia, CPP, CDHAP, CNF e COF. Está encerrado o primeiro dia de assembleia.

24/05/2018 - Segundo dia da 272ª Assembleia Ordinária.

O presidente do Conanda faz abertura do segundo dia de assembleia, saudando a todos e passa a fala à conselheira Lucimara por hoje ser o dia nacional dos povos ciganos, com a fala ela quer celebrar essa data e que eles vêm lutando pelos seus direitos e menciona a professora Luiza Bairros que alavancou essa luta quando foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, fazem uma foto com todos os presentes.

1. Relatoria da Comissão Organizadora da Conferência.

A Secretária Executiva do conselho, a Sr.^a Verena Martins, a pedido do Presidente do Conselho explica que na plenária anterior a comissão organizadora chegou à conclusão que as logos recebidas não atendia as suas expectativas, foi realizada uma reunião junto a área de comunicação do MDH e alguns conselheiros e ficou acordado que teríamos uma logo que seria compartilhado com todos os conselheiros, porém a definição de qual seria a logo final seria da comissão organizadora, devido a necessidade de disponibilizar o quanto antes pois a secretaria executiva tem recebido muitas solicitações por conta das conferências livres e Municipais. Durante a semana passada recebemos várias contribuições que foram encaminhadas a comissão organizadora que avaliou todas e foi feito a escolha que será apresentado pela consultora de comunicação, a Sr.^a Ana Claudia, juntamente com um pouco da história das logomarcas das conferências anteriores.

Com a fala a consultora Ana Claudia cumprimenta a todos, ela apresenta as logo desde a 7ª conferencia mencionando a representação de cada uma. Ela explica que houve um grande esforço interno da Secretaria Executiva, SNDCA e ela também contribuiu para fazer uma previa e enviar sugestões para ASCOM, que nos enviou algumas propostas que avaliadas no âmbito da comissão, porém não foram aprovadas por vários fatores e um deles por faltar um diálogo maior com o protagonismo com o adolescente que atualmente está mais voltado para a participação. Entre as opções apresentadas uma era muito similar a logo da campanha criança esperança, outra remete muito ao universo infantil e outras não alcançou a expectativa. Por isso foi realizado outra reunião onde os representantes da comissão dialogaram, e chegaram a conclusão da necessidade de uma logo que representasse a proteção integral partindo da do tema que proteção integral, diversidade e enfretamento das violências. Após tantos esforços chegaram a conclusão que para essas garantias dentro de um processo conferencial é necessário a participação e voz dos adolescentes. Ficando claro a necessidade de destacar um elemento ou tema que melhor representasse essa ideia. E chegaram na logo que é apresentada nesse momento com todas as ideias necessárias, destacando a sigla da conferência e descartando as letras crianças e adolescentes. Ficará disponível no portal todo o material para uso dos Municípios e Estados, com manual para orientações de cores e aplicações.

Finalizando e abrindo às perguntas do plenário, a conselheira Roberta solicita que seja divulgado no Facebook pois muitos jovens estão solicitando. O conselheiro Danyel Iório esclarece que a comissão solicitou essa apresentação na plenária para esclarecer melhor como chegaram a logo, pois nos Municípios e Estados surgem muitos questionamentos e os conselheiros tem que ter argumentos para esclarecer.

2. Relato das comissões:

a. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador:

Relatoria: Glicia

A conselheira Jinema saúda a todos e comunica que a comissão permanece sem relator e solicita que a conselheira Glicia faça a relatoria. Conselheira Glicia cumprimenta a todos e esclarece que a comissão continua sem o representante governamental e por esse motivo a mesma fara a relatoria. Ela inicia trazendo a pauta do PDC sobre a resolução 163, foi trabalhada uma breve contextualização do tema e reforçada a urgência, que visa sustar os efeitos da Resolução 163 do Conanda, foi elaborada a nota pela rejeição do Projeto Decreto Legislativo 1460/2014, a conselheira Glicia faz a leitura, aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é a discussão do PL do Conselho Tutelar, os Conselheiros tutelares convidados receberam o antiprojeto na última quinta-feira, não havendo tempo para se reuniram e discutirem o entendimento comum sobre o mesmo. Ressalta que legalização de desvios de atribuições e/ou decisões judiciais que ocorrem atualmente e que não correspondem ao previsto no ECA. O conselheiro Vitor menciona uma reunião do FCNCT que ocorrerá me São Paulo no mês de julho e garante a participação da coordenadora Anete e do Hélio e pede para resgatar material trabalhado no Conanda sobre CT elaborado por meio de grupo temático (2007/2008). O presidente do Conanda coloca em votação se há acordo com os encaminhamentos da comissão quanto a anteprojeto e a maioria está de acordo de não fazer consulta pública no momento. A Vice-presidente Sr.^a Berenice relata que o Ministério quer colocar em consulta publica e que levara a decisão do Conanda para conhecimento. Próximo ponto a e Proteção de dados na internet, foi convidado professor Danillo Doneta que não pode comparecer e foi substituído pelo Pedro da Alana, ele fez uma apresentação sobre o tema relação da criança com os meios de comunicação e acesso de informação, esse material será disponibilizado aos demais conselheiros no ambiente virtual do Conanda. A comissão propõe que o Conanda abrir o debate do risco e vulnerabilidade da criança e adolescente frente a essa proteção de dados e acesso a informação, entre outros subtemas, incluir na agenda da CDHAP a construção de minuta de resolução, elaboração de Nota de posicionamento sobre três PLs: PL 4.060/2012, PL 5.276/2016 e 330/2013– inclusão da criança e adolescente, encaminhamento aprovado o oficio que será encaminhado à Secretaria Nacional de Justiça. Próximo ponto é sobre a resolução que trata de criança com mães encarceradas, foi aprovada a resolução e encaminhada a assessoria jurídica que devolveu a

Comissão para alteração do Art. 2, a proposta de manutenção da ideia do texto, porém com outra redação.

“Art. 2 Deve ser priorizada a manutenção da criança com a mãe, fora do cárcere, em liberdade ou em prisão domiciliar, com base nos princípios norteadores dos direitos da criança, bem como na legislação pertinente”.

Outro informe é em relação a informação que a Coordenadora Inajara trouxe a Comissão referente a reunião interministerial sobre as políticas públicas voltadas a mães em situação prisional. 30 de maio às 15hs, Brasília e a comissão solicita a indicação de um participante do Conanda. E por fim o ultimo tema é referente ao PL SUSP que será lido e apreciada para aprovação e divulgação. A Conselheira Glicia faz a leitura do PL que é aprovado por unanimidade. Os encaminhamentos da Comissão são: Plenária de junho de 2018, a comissão analisará documento do Fonacriad que será enviado previamente aos seus membros; elaboração de minuta de resolução para ser submetida aos demais conselheiros e a plenária; FCNCT pede prazo de 60 dias (24 de julho) para um posicionamento institucional para envio de contribuições a essa comissão, para uma efetiva contribuição; solicitar aos CEDCAs informações sobre o processo de escolha para as próximas eleições, com prazo até a assembleia de junho. Os estados que não responderam deverão ser notificados novamente; resgatar material trabalhado no Conanda sobre CT elaborado por meio de grupo temático (2007/2008). Solicitação de que o Hélio e a Anete participem da reunião do FCNCT, no mês de julho, em São Paulo; Helio fará parecer sobre os 3 PL (urgente) e encaminhará para Comissão; PL 4.060/2012, PL 5.276/2016 e 330/2013– inclusão da criança e adolescente; Elaboração de minuta de resolução, submeter ao fluxo de contribuição dos conselheiros, análise jurídica e submissão à aprovação da plenária; alteração do texto mantendo a ideia original e publicação; nota pública submetida à aprovação da Plenária para ser enviado a parlamentares; ainda, caso venha a ser realizada audiência pública, Conanda deverá ser convidado; ligar para Comissão de SSF para saber sobre a audiência; encaminhar a nota para os deputados da Comissão de Seguridade Social, autores do PDC, Deputada Benedita da Silva, MPF, AOB Federal, CNJ, CNMP, Conselhos nacionais (saúde, educação, assistência), ABERJ, PFDC, Fóruns do DCA, CEDCAs; encaminhar nota ao presidente da Câmara solicitando agenda; uma vez aprovada a nota, esta deverá ser enviada a SE/MDH, CC, PR, Fórum e CEDCA.

b. Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta

A conselheira Roberta inicia a relatoria com o primeiro ponto de pauta, o SIPIA CT, devido a algumas dúvidas a comissão foi solicitado a apresentação dos resultados das pesquisas que foram apresentados e estavam desde de março com os Conselhos Estaduais para retorno foi debatido na

comissão sobre desafios e estatísticas, 12 Estados participaram enviando material quanto essa questão. E colocado a nova plataforma que tem a vantagem de ser possível qualquer pessoa fazer o acesso e verificar os números de dados. Dando continuidade a conselheira Roberta relata que referente ao CPA, na assembleia anterior a chefe de gabinete Sr. Maria Gutenara trouxe uma devolutiva da Secretaria quanto a posição da carta acordo, a situação que se encontra. Foi feito a leitura do ofício 001/2018 / CPA dos adolescentes do CPA que se reunirão de forma virtual para elaboração e que será feito a leitura para esse conselho. O presidente do Conanda sugere que seja feito uma nota explicativa para os adolescentes, esclarecendo a situação e que o conselho está acompanhando a situação para liberação participação deles que e aprovado. A conselheira Roberta continuando a relatoria traz outra solicitação dos adolescentes que é a criação de um e-mail para se comunicar e esclarecer dúvidas, foi pensado várias alternativas mais a comissão prefere um grupo de e-mail para se comunicar com os adolescentes. A conselheira Regina esclarece que devido a realizações das conferências livres, alguns já sabem que estarão no CPA e surge a necessidade da comunicação, a conselheira Lucimara relata existir falta de comunicação entre os conselheiros e os adolescentes. A conselheira Roberta da continuidade com a apresentação da identidade visual do CPA e passa para a consultora Ana Claudia que esclarece que é bom as aprovações das duas logomarcas ao mesmo tempo, pois isso traz as identidades mais para a o universo do adolescente, a criação foi desenvolvida por outra equipe, nesse caso pela Flacso e aprovado por unanimidade. A conselheira Roberta traz o assunto do dia 12 de junho dia Internacional da Erradicação do Trabalho Infantil, pensarão em como no ano passado na pauta conjunta com a CONAETI, divulgando nas mídias, face book e portal. Ela informa que quanto ao CPA, tem quatro Estados que os processos de escolha começariam após o CPA e como atrasaram agora eles querem ser absorvidos. O conselheiro Manoel Torquato pede para incluir nesse dia de luta a questão do tráfico de drogas, por ser o maior meio de trabalho infantil e pode que o Conselho trabalhe nesse fato. Maria Yvelonia esclarece que no MDS tem um acordo com a OIT onde estão iniciando um trabalho para debater trabalho infantil e o tráfico de drogas, com formação do um GT e o Conanda será convidado para compor o mesmo. Continuando a conselheira Roberta traz o retorno de duas pautas que passaram pela plenária e ficaram pendentes: A confecção do ECA braile a questão da quantidade tinham dúvidas e com a ajuda de conselheira Ana Beatriz que orientou a comissão isso foi resolvido. A comissão provocou a secretaria executiva sobre quando seria confeccionado e a informação e que será no segundo semestre, após o período eleitoral. Outra questão é no plano de aplicação de 2017 tinha um valor de R\$ 700.000,00 para confecção desses ECAS e como será confeccionado um número menor foi acordado nesse Pleno que o valor remanescente seria realizado uma campanha sobre a maior idade penal e veio a resposta que a Secretaria Especial de Comunicação Social não respondeu a solicitação e esse valor foi direcionado para o Prodoc e que nesse ano já estará financiando a ação do CPA e para 2018 o plano não prevê realizações de campanhas e se esse Pleno achar necessário já terá que prevê para próximo ano. Os encaminhamentos da comissão aprovados em plenário: Encaminhamento do Ofício aos conselhos estaduais, referente ao SIPIA (que haja cumprimento da resolução 178 do Conanda e divulgação da

nova plataforma do SIPIA CT); encaminhar para os conselheiros o resultado da pesquisa; divulgação do SIPIA no Facebook e no Portal do Conanda; Conanda solicitar à SNDCA informações sobre o status das escolas de conselho quanto a pagamentos, matriz curricular e vigência; convidar a Anete para a próxima reunião da CMF; Nota pública explicativa direcionada aos adolescentes em atendimento aos questionamentos apresentados no Ofício 001/2018/CPA; encaminhar Nota por e-mail, redes sociais e site do Conanda; criar uma lista de distribuição dos adolescentes; aprovação da identidade visual do CPA; pautar com a Conaeti e o Fórum PETI (Iza) a divulgação das campanhas e ações no dia 12 de junho; SE pedir para disponibilizar as peças para divulgação; o Conanda priorizara a linha de ação no plano a respeito do tráfico de drogas (ver o plano)/ levantar documentos sobre o tema – falar com o Danyel (Trajetórias); Ana vai fazer um plano de comunicação para tratar do tema TI (aprendizagem, tráfico de drogas), buscar com a Regina o material da Dra. Eufrazia; divulgação nas mídias Facebook e Portal.

Comissão de Políticas Públicas /CPP.

Coordenador: **Catarina de Santana Silva**
Relatoria: **Francisco.**

O conselheiro Francisco inicia a relatoria com informe sobre o Terceiro Plano Nacional de Irradicação do Trabalho Infantil, a conselheira Glicia que é a representante na CONATI trouxe informações do que já foi construído em nível de Conanda e só para informar que após formalizado o plano retorna para análise e apreciação. Seguindo a pauta, como primeiro ponto e apresentado a questão da criança e adolescente LGBTI, a comissão recebeu a conselheira Sarah e o Daniel do CND/LGBT e foi discutido sobre formas de proteção e como se mobilizar para proteção e construir alternativas mas concretas para essa população e foi colocado a questões dos GTs. A comissão tem ciência que os GTs atuais tem prazo estabelecido para finalização e querem já deixar construído garantias para que o GT de identidade de gênero e orientação LGBTI aconteça na próxima gestão, por ser uma pauta urgente. A conselheira Sarah com a fala agradece a presença das lideranças LGBT do Distrito Federal e cumprimenta a todos os demais e fala da importância da colocação desse GT para os próximos anos por não saber qual será o cenário político do próximo mandato tanto na política em geral quanto no próprio conselho. Esse tema será discutido na conferência, pois existe criança LGBTI e se faz necessário auxiliar, orientar para não ir para caminhos sombrios e solicita que seja feita uma nota conjunta referente a população LGBTI no SINASE devido a série de violência e agressões e até abuso sexuais sofrido nas unidades e o desrespeito pela identidade de gênero dos adolescentes nas unidades. Ela pede que o Danyel explique melhor o que for referente ao SINASE, o presidente pede para que antes todos os convidados representantes do movimento LGBT se apresente. Em seguida o Danyel agradece o convite e que a ideia é de construir uma resolução conjunta com Conanda referente ao SINASE, pois existem vários relatos de violação dos direitos humanos da população LGBT no sistema. O conselheiro Renato relata que em relação a conferencia ele discutiu no GT que a diversidade tem que ser reforçada nos

eixos temáticos. É aprovado por unanimidade os encaminhamentos. E como último ponto o conselheiro Francisco traz a pauta sobre o senso IBGE, foi deliberado na assembleia anterior que seria convidado representante do IBGE e que os conselheiros contribuíssem que possíveis dados para incluir no senso, as contribuições eram para ser encaminhadas até 13 de maio para incluir no documento, porem o representante do IBGE não compareceu e nem enviaram substituto. O conselheiro Manoel trouxe a importância a contabilização as criança e adolescente em situação de rua, a conselheira Lucimara trouxe várias questões na gestão e a conselheira Thais vários pontos. Finalizando com as questões: Garantir a temática dos direitos humanos na munic; adotar recorte de faixa etária na divulgação; criança e adolescente em situação de rua; incluir identidade de gênero; moradores: contribuições Thais (colocar a cisgeneridade e intersexual); crianças e adolescentes com deficiência; nupcialidade: Incluir homoafetividade; fecundidade: Thais – Retirar, explicar os motivos; religião: incluir novas opções como: umbanda, candomblé, islamismo, judaísmo, sem religião, ateus, espírita, outros. Como encaminhamentos da comissão foram aprovados: Reforçar a instalação do GT de identidade de gênero e diversidade sexual LGBTI na plenária. Esse tópico já foi discutido anteriormente no conselho, estamos no aguardo do encerramento dos outros para garantir para a próxima gestão; oficializar os Estados e Municípios que os espaços destinados aos adolescentes no conselho sempre contemple a questão da diversidade; Resolução conjunta CNCD/LGBT e Conanda sobre violações de direitos dos adolescentes no sistema socioeducativo e no acolhimento institucional; adotar recorte de faixa etária na divulgação, contagem de criança e adolescente em situação de rua; Incluir identidade de gênero; tema moradores, colocar a cisgeneridade e intersexual; crianças e adolescentes com deficiência: contribuições; Nupcialidade (Incluir homo afetividade); Fecundidade: retirar, explicar os motivos (perguntas inadequadas); Incluir quesito sobre religião: ampliar opções como: umbanda, candomblé, islamismo, judaísmo, sem religião, ateus, espírita, catolicismo, protestantismo (discrepar), outros; trabalho infantil / piores formas; organizar material para compartilhar com o IBGE (minutar para enviar para Catarina, Francisco e Anna Beatriz); Solicitar a presença do IBGE no mês de junho.

Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Íório de Lima

O conselheiro Edmundo inicia a relatoria expondo a assunto sobre o Modelo do Plano de Trabalho do Edital, após ser provocado pela Associação Brasileira de Ongs – Abong o parecer da Consultoria Jurídica/MDH foi orientando manter o que está na lei 1319 que cabe a entidade selecionada escolher o procedimento de contratação e não apenas seguir o chamamento público. Será apresentado uma proposta de texto. A comissão recebeu um ofício da Escola de Conselho de Pernambuco que não foi possível analisar e um ofício da AMSK relatando que não estão tendo sucesso na execução do SICONV na questão da transferência de recursos na atuação em redes, esses documentos estão sendo analisados será dado prosseguimentos a essas atividades. Foi solicitado para SNDCA fazer uma

apresentação sobre o orçamento, como ele está sendo produzido e conduzido. O conselheiro Danyel faz leitura do artigo do Decreto do Mrosoc que enseja essa mudança e apresentar o modelo que estão propondo, a proposta de que essa alteração seja feita aproveitando a homologação do resultado do edital que será em 30/05. Sendo aprovado por unanimidade. O conselheiro Edmundo solicita que a Secretaria apresente a situação do orçamento, porém devido à greve dos caminhoneiros e a situação do trânsito para o aeroporto e para assegurar que os conselheiros não percam os voos, o pleno resolve encerrar a assembleia ficando acordado que o relator estará enviando essa apresentação por e-mail e será debatido na próxima assembleia.

17h00: Encerramento da 272ª Assembleia Ordinária do Conanda.